

PPGD UNIRIO



DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito
da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Public Policy Law

Journal of the Graduate Program in Law
of the Federal University of the State of Rio de Janeiro

VOLUME 3 N° 1
JANEIRO – JUNHO 2021
JANUARY – JUNE 2021

ISSN: 2675-1143

EXPEDIENTE - Revista Direito das Políticas Públicas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Vol. 3, n. 1, jan./jul. 2021. ISSN 2675-1143

Reitor

Prof. Dr. Ricardo Silva Cardoso

Vice-Reitor

Prof. Dr. Benedito Fonseca e Souza Adeodato

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação

Profa. Dra. Evelyn Goyannes Dill Orrico

Diretora da Biblioteca Central

Márcia Valéria da Silva de Brito Costa

Biblioteca Setorial do CCJP

Filomena Angelina Rocha de Melo

Lidia Oliveira de Seixas

Renata da Silva Falcão de Oliveira

Thalita Oliveira da Silva Gama

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito

Prof. Dr. Paulo de Bessa Antunes

Coordenação do Curso de Mestrado em Direito

Prof. Dr. Leonardo Mattietto

Editores

Prof. Dr. Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues

Prof. Dr. André Luiz Coelho Farias de Souza

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ben Boer, Universidade Wuhan, China; Universidade de Sydney, Austrália

Prof. Dr. Carlos Ari Sundfeld, Fundação Getúlio Vargas - SP, Brasil

Prof. Dr. David Cassuto, Universidade Pace, Estados Unidos da América do Norte

Prof. Dr. Egon Bockmann Moreira, Universidade Federal do Paraná, Brasil

Profa. Dra. Griselda Capaldo, Universidade de Buenos Aires, Argentina

Prof. Dr. Julien Théron, Universidade Toulouse Capitole, França

Profa. Dra. Marie-Hélène Monserie-Bon, Universidade Paris II, França

Prof. Dr. Santiago Ripol Carulla, Universidade Pompeu Fabra, Espanha

Prof. Dr. Saulo Pinto Coelho, Universidade Federal de Goiás, Brasil

Prof. Dr. Talden Farias, Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Prof. Dr. Tiago Duarte, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Comissão Editorial

Prof. Dr. André Coelho

Profª. Dra. Claudia Gurgel

Prof. Dr. Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues

Prof. Dr. José Gabriel Assis de Almeida

Prof. Dr. Leonardo Mattietto

Profª. Dra. Patrícia Serra Vieira

Prof. Dr. Paulo de Bessa Antunes

Profª. Dra. Rosalina Corrêa de Araújo

Comissão Assistente Editorial

Ms. Eliane Vieira Lacerda Almeida

Ms. Juliana Mattos dos Santos Joaquim

Ms. Milton Leonardo Jardim de Souza

Ms. Thuany de Moura C. Vargas Lopes

Mestradas e Mestrandos

Ana Beatriz Costa Neves

Ariane Albuquerque de Lima Oliveira

Beatriz de Bragança

Fabiana Rodrigues Paulo Netto

Luana Cristina da Silva Dantas

Marta Catarina Clem

Matheus Goulart

Vanessa Therezinha Sousa de Almeida

Vivian Tavares Fontenele

Capa - Thuany de Moura C. Vargas Lopes Imagem – Canva.com

Revista Direito das Políticas Públicas [recurso eletrônico] /

Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNIRIO.

Vol. 3, n. 1 (2021) - Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2021.

Acesso em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/rdpp/index>

Semestral

ISSN: 2675-1143

1. Ciências Jurídicas - Periódicos. I. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

CDD: 340

Bibliotecária: Thalita Gama – CRB 7/6618 - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP/

UNIRIO, Rua Voluntários da Pátria, nº 107, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22.270-000.

SUMÁRIO – SUMMARY

EDITORIAL _____ 6

O DIREITO AO ESQUECIMENTO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: TENSÕES ENTRE O DIREITO À INTIMIDADE E PRIVACIDADE E O DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO _____ 9

THE RIGHT TO BE FORGOTTEN IN THE INFORMATION SOCIETY: TENSIONS BETWEEN THE RIGHT TO INTIMACY AND PRIVACY AND THE RIGHT TO FREEDOM OF EXPRESSION _____ 9

Aline Monteiro Garcia
Priscilla de Oliveira Paula

IGUALDADE RACIAL - CAMINHOS A SEREM CAMINHADOS _____ 24

RACIAL EQUALITY - PATHS TO BE WALKED _____ 24

Sérgio Luís Tavares

EFETIVIDADE DOS DIREITOS DOS IDOSOS NO BRASIL: A PROTEÇÃO AO IDOSO PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988 _____ 60

EFFECTIVENESS OF THE RIGHTS OF THE ELDERLY IN BRASIL: THE PROTECTION OF THE ELDERLY AFTER THE CONSTITUTION OF 1988 _____ 60

Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann
Sérgio Assunção Rodrigues Junior
Catia Martins Gonçalves

OS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E AS VIOLAÇÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-19 _____ 94

THE RIGHTS OF CHILDREN AND ADOLESCENTS AND VIOLATIONS IN TIMES OF COVID-19 PANDEMIC _____ 94

Loriene Assis Dourado Duarte
Acácia Gardênia Santos Lelis
Thiago Vieira

A QUESTÃO DA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS NUMA DIMENSÃO BIOÉTICA, SOB UM CENÁRIO PANDÊMICO. _____ 110

THE QUESTION OF DEFENSE OF FUNDAMENTAL HUMAN RIGHTS IN A BIOETHICAL DIMENSION, UNDER A PANDEMIC SCENARIO. _____ 110

Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann

HOW MARKET INSTRUMENTS AND THE ECONOMY CAN CONTRIBUTE TO THE PROTECTION OF THE ENVIRONMENT _____ 130

COMO OS INSTRUMENTOS DE MERCADO E A ECONOMIA PODEM CONTRIBUIR PARA A PROTEÇÃO AMBIENTAL _____ 130

Michael Faure

“BIOHACKING NUDGES” NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AO ALUNADO COM DUPLA EXCEPCIONALIDADE _____ 166

“BIOHACKING NUDGES” IN SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE TO TWICE EXCEPTIONAL STUDENTS _____ 166

Guilherme Carneiro Leão Farias

NOVAS MASCULINIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR _____ 196

NEW MASCULINITIES AND PUBLIC POLICIES OF FAMILY COEXISTENCE
_____ *Erro! Indicador não definido.*

Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues

Eliane Vieira Lacerda Almeida

PROJETO ADOÇÃO SEGURA DA COMARCA DE MARINGÁ: O ALCANCE SOCIAL DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Nº 16 ADOTADO PELA ONU E A EFETIVAÇÃO DOS DIRETOS DA PERSONALIDADE _____ 218

SAFE ADOPTION PROJECT FROM COUNTY OF MARINGÁ: THE SOCIAL SCOPE WIRH SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS Nº 16 ADOPTED BY THE UN AND THE EFFECTIVENESS OF PERSONAL RIGHTS _____ 218

Daniela Menengoti Gonçalves Ribeiro

Ana Maria Silva Maneta

VIGILÂNCIA SANITÁRIA COMO PODER DE POLÍCIA: ANÁLISE DA EFETIVIDADE CONTRAPRESTACIONAL DO ESTADO _____ 249

PUBLIC SANITARY SURVEILLANCE AS POLICE POWER: ANALYSIS OF THE STATE'S CONTRAPRESTATIONAL EFFECTIVENESS _____ 249

Jofre Luis da Costa Oliveira

Thiago da Penha Lima

EDITORIAL

Chegamos ao Volume 3 Número 1 da Revista Direito das Políticas Públicas do PPGD/UNIRIO.

A primeira parte deste número encerra o Dossiê Especial dedicado ao Projeto Pílulas de Direitos Humanos, com alguns artigos publicados em nosso número anterior e os demais neste. O Projeto veio como uma resposta à demanda da sociedade registrada durante o ano de 2020 no que diz respeito às violações de direitos humanos comunicadas nos canais telefônicos de recebimento de denúncias do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e o Governo do Estado elaboraram uma parceria para produção de vídeos curtos que tratassem dos temas mais relevantes dentre aqueles denunciados nos canais telefônicos.

O Projeto contemplava o aspecto extensionista, na produção de vídeos, quanto de ensino e pesquisa, por meio da formação dos alunos de graduação e pós-graduação e por meio da produção de trabalhos acadêmicos sobre as temáticas envolvidas. O presente número da RDPP apresenta a continuidade daqueles estudos, frutos da pesquisa acadêmica realizada em conjunto por professores, profissionais e alunos, tendo os trabalhos ora publicados sido submetidos ao processo de avaliação cega por pares (double-blind review) empregado pela Revista. Na linha editorial, compreendemos que todos os artigos estão no contexto de políticas públicas na medida em que são formulações de reflexões para respostas a problemas públicos, problemas que foram percebidos pelo Estado e tratados do ponto de vista individual e de segurança pública, conforme cada caso, e que ensejaram a pesquisa acadêmica para que tais problemas possam também ser enfrentados do ponto de vista da política pública, buscand-se soluções que possam vir a ser empregadas pelos diversos setores de formulação de políticas.

Os temas abordam questões relacionadas a direitos humanos. O primeiro artigo, O DIREITO AO ESQUECIMENTO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: TENSÕES ENTRE O DIREITO À INTIMIDADE E PRIVACIDADE E O DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO, de Aline Monteiro Garcia e Priscilla de Oliveira Paula, reflete sobre a tensão entre o direito à privacidade e à intimidade e o direito à informação e à liberdade de expressão em razão das tecnologias da informação que tornam perenes

DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIRIO

fatos que em outras épocas cairiam no esquecimento. O segundo artigo, IGUALDADE RACIAL - CAMINHOS A SEREM CAMINHADOS, de Sérgio Luís Tavares, discute o racismo no Brasil e o quanto ainda precisamos caminhar para superar esta prática ainda tão presente na cultura brasileira e que impedia concretização da igualdade substancial estabelecida na Constituição.

Em seguida, apresentamos o artigo de Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann, Sérgio Assunção Rodrigues Junior e Catia Martins Gonçalves, A FETIVIDADE DOS DIREITOS DOS IDOSOS NO BRASIL: A PROTEÇÃO AO IDOSO PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988, que reflete sobre o contraste entre a ampla produção normativa de proteção ao idoso e sua baixa efetividade, situação preocupante face ao aumento da população de idosos no Brasil, como demonstram os dados do IBGE trabalhados no artigo.

O artigo, OS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E AS VIOLAÇÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-19, de Lorie Assis Dourado Duarte, Acácia Gardênia Santos Lelis e Thiago Vieira, salienta a preocupação com outro seguimento vulnerável da sociedade brasileira, das crianças e adolescentes, que sofreram significativo aumento de violações em seus direitos em razão dos efeitos da Pandemia da Covid-19, como o confinamento domiciliar e a distância das escolas. Fechando o Dossiê do Projeto Pílulas, temos o artigo que, a partir do cenário das medidas governamentais para enfrentamento da Pandemia, discute a necropolítica e os princípios da bioética. Trata-se do artigo A QUESTÃO DA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS NUMA DIMENSÃO BIOÉTICA, SOB UM CENÁRIO PANDÊMICO de Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann.

A segunda parte desta edição traz artigo de doutrina estrangeira, HOW MARKET INSTRUMENTS AND THE ECONOMY CAN CONTRIBUTE TO THE PROTECTION OF THE ENVIRONMENT, de Michael Faure, indicando como a promoção de instrumentos econômicos baseados no mercado podem contribuir para a construção de uma política ambiental mais efetiva.

Em doutrina nacional, o artigo “BIOHACKING NUDGES” NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AO ALUNADO COM DUPLA EXCEPCIONALIDADE, de Guilherme Carneiro Leão Farias, apresenta e discute como

DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIRIO

a adaptação e o controle do ambiente escolar podem ser empregados como opção de políticas públicas na inclusão (e efetivação dos direitos) de educandos superdotados com Síndrome de Asperger.

Já o artigo de Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues e Eliane Vieira Lacerda Almeida, **NOVAS MASCULINIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR**, discute as novas formas de masculinidade e as políticas públicas, com estudo sobre projetos de lei em andamento no Congresso e sobre o serviço de responsabilização e educação para homens agressores, grupos reflexivos, nas comarcas de Bangu e Leopoldina, na cidade do Rio de Janeiro.

O artigo **PROJETO ADOÇÃO SEGURA DA COMARCA DE MARINGÁ: O ALCANCE SOCIAL DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Nº 16 ADOTADO PELA ONU E A EFETIVAÇÃO DOS DIRETOS DA PERSONALIDADE**, de Daniela Menengoti Gonçalves Ribeiro e Ana Maria Silva Maneta, aborda a desinformação sobre a adoção e seus efeitos que alimentam que alimenta tabus e preconceitos bom como fomentam práticas de adoções irregulares, tráfico infantil, abortos e infanticídio. O trabalho analisa o Projeto “Adoção Segura” do Poder Judiciário do Paraná, na Comarca de Maringá/PR, como um efetivador do ODS nº 16 da ONU.

Fechando o número o artigo de Jofre Luis da Costa Oliveira e Thiago da Penha Lima, **VIGILÂNCIA SANITÁRIA COMO PODER DE POLÍCIA: ANÁLISE DA EFETIVIDADE CONTRAPRESTACIONAL DO ESTADO**, analisa de vigilância sanitária e as características precípua do poder de polícia, discutindo se a atuação do Poder Público com viés contraprestacional atende ao melhor interesse dos administrados.

Agradecemos aos autores, avaliadores e leitores, à equipe editorial e a todos os demais colaboradores da Revista.

Eduardo Domingues

Editor